



O pensamento e a imaginação no banco dos réus: ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais

Luis Felipe Miguel¹

-
- 1 Professor titular livre do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB), onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: luisfelipemiguel@gmail.com.

RESUMO

A liberdade de expressão artística foi posta em questão no Brasil no final de 2017, no momento em que, tendo triunfado com o golpe de 2016, a direita buscava se manter na ofensiva com a produção do pânico moral. Exposições de artes plásticas e performances foram assinaladas como obscenas e nefastas ao público jovem, com exigência de que fossem proibidas. O artigo discute a natureza desta campanha da direita brasileira e o enfraquecimento, nos grupos progressistas, da defesa da liberdade de expressão.

Palavras-chave: *Liberdade de expressão. Artes visuais. Pânico moral. Guerras culturais.*

ABSTRACT

Freedom of artistic expression was called into question in Brazil at the end of 2017. Rightwing groups had triumphed with the 2016 coup and sought to stay on the offensive with the production of moral panic. Visual arts exhibitions and performances were marked as obscene and disruptive to young audiences; it was required them to be banned. The article discusses the nature of this campaign of the Brazilian right and the weakening, in the progressive groups, of the defense of freedom of expression.

Keywords: *Freedom of expression. Visual arts. Moral panic. Cultural wars.*

INTRODUÇÃO

O golpe de 2016, que fraturou a experiência democrática iniciada no Brasil com a Constituição de 1988, abriu um período – ainda em curso – de retrocessos profundos em diversos aspectos da vida nacional.² O desmonte dos direitos sociais, cujo momento mais grave foi a virtual extinção das garantias trabalhistas, combina-se com o congelamento do investimento público em áreas como educação e saúde; a desnacionalização da economia e a entrega de recursos naturais a grupos estrangeiros andam passo a passo com o realinhamento da política externa aos Estados Unidos; uma reforma do ensino médio destinada a congelar as desigualdades de classe junta-se a uma ofensiva para entregar o sistema educacional a conglomerados privados.

O que ocorre no Brasil é parte de um processo global de reafirmação sem rodeios do caráter de classe do Estado capitalista. As concessões arrancadas pelas lutas dos grupos dominados, que

-
- 2 Este texto é uma versão alterada e atualizada da palestra “Censura às artes em meio às guerras culturais”, proferida na Jornada de Arte e Política do Departamento de Artes Visuais da UnB nos dias 13 e 14 de novembro de 2017. Ele guarda ainda marcas de seu caráter oral. Agradeço aos participantes da Jornada, em especial Cayo Honorato, pelos comentários feitos na ocasião, e a Regina Dalcastagnè, pela leitura prévia do texto.

fizeram com que uma das características centrais destes Estados fosse garantir a verossimilhança de sua fachada de neutralidade (JESSOP, 2016), são ameaçadas e entram em definhamento. Entre elas está a própria democracia eleitoral, que obrigava que o exercício do poder passasse por algum tipo de aceitação por parte dos governados. Os golpes “brandos” da América Latina são uma demonstração extrema do fato de que a vontade popular expressa nas urnas tem importância cada vez menor; outro exemplo cristalino é o desprezo votado ao resultado do plebiscito grego de 2015. Mas o mesmo fenômeno – o fato de que as políticas governamentais se tornam cada vez mais abertamente desconectadas de qualquer anuência popular – é perceptível na adoção generalizada de políticas de “austeridade”, voltadas a salvar os especuladores dos resultados desastrosos de suas próprias ações, às custas dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos pobres em geral. Fala-se de um processo geral de “desdemocratização”, rumo a um novo regime “pós-democrático”.³

No Brasil, o golpe acentuou tendências repressivas que nunca deixaram de estar presentes no nosso Estado, mas que, nos governos democráticos, eram enfrentadas por contratendências, que então se expressavam com mais firmeza. Ampliou-se a repressão a manifestações populares e a vigilância sobre movimentos sociais. E também a pressão sobre vozes dissidentes, na forma combinada de censura e de intimidação. No caldeirão de retrocessos, um tipo de criminalização da esquerda, que visa banir da esfera pública discursos anticapitalistas, caminha junto com o pânico moral que vê ameaçados valores basilares de nossa civilização “cristã e ocidental”, sobretudo pelos avanços na condição feminina, pela maior visibilidade da comunidade LGBT e pela aceitação de novos arranjos familiares. Os clamores por censura, que se dirigiam inicialmente aos meios de comunicação e às salas de aula, chegam às artes, em episódios que levaram ao fechamento de exposições,

.....
3 Para uma síntese, ver Ballestrin (2017).

ao sequestro de quadros por autoridades policiais e, no momento em que escrevo, à iminente decretação de uma regra de “classificação indicativa” para impedir que crianças e adolescentes sejam expostos a obras consideradas impróprias.

Neste artigo, discuto as ameaças correntes à liberdade de expressão no Brasil a partir de três eixos – que correspondem às três seções do texto. O primeiro é a confluência das agendas conservadoras, com a associação entre anticomunismo (tradicional e/ou em sua nova roupagem “antibolivarianista”) e reacionarismo moral. O segundo é o impacto das mídias sociais na produção de um sentimento difuso de “valores em risco” e de um corpo militante em sua defesa. O terceiro diz respeito aos desafios para a defesa da liberdade de expressão no contexto atual, uma vez que, mesmo para grupos progressistas, ela se tornou condicional. A breve conclusão retoma a relação do ataque às artes com a conjuntura política brasileira.

A UNIDADE CONSERVADORA

O que chama a atenção nos embates discursivos do Brasil contemporâneo, em primeiro lugar, é a aparente força e popularidade de concepções regressistas, que desafiam os consensos que, nas últimas décadas, julgava-se que estavam assentados ou em processo de consolidação. Isto ocorre tanto no campo daquilo que é, incorretamente, chamado de “agenda moral” quanto no projeto de uma sociedade menos desigual. Assim, os avanços no que diz respeito à moral sexual, à autonomia individual das mulheres e ao respeito à diversidade dos afetos e dos arranjos familiares enfrentam um discurso de reforço de valores tradicionais, que apresentam a família patriarcal como natural e de origem divina. Desloca-se para o terreno da moralidade, em que certezas absolutas bloqueiam a discussão, aquilo que de fato concerne a direitos e à redução da vulnerabilidade de determinados grupos sociais. Da mesma forma, propaga-se uma visão que exalta a desigualdade, apresentada como

apanágio da “meritocracia”, e importam-se os entendimentos de que políticas de combate à miséria são um prêmio dado à preguiça e de que a sociedade justa é aquela em que os mecanismos do mercado funcionam sem freios. Nos dois âmbitos, rompe-se aquele que foi talvez o maior ganho da Constituição de 1988: a ideia de que a disputa no mundo social se organizava por meio da gramática dos direitos. É a própria noção de “direitos” que fica sob ataque – e eles são associados a privilégios ou à evasão de responsabilidades.

Em grande medida, as duas agendas confluem, com a disseminação da ideia de que a destruição da família tradicional seria parte central de um complô para a implantação do socialismo. Alçado à condição de grande intelectual da extrema-direita, o astrólogo Olavo de Carvalho dissemina uma caricatura do pensamento de Antonio Gramsci, rotulado como “marxismo cultural”. Gramsci teria sido “o estrategista da revolução psicológica que deve preceder e aplainar o caminho para o golpe de Estado”. Seu plano seria “apagar da mentalidade popular, e sobretudo do fundo inconsciente do senso comum, toda a herança moral e cultural da humanidade”. (CARVALHO, 2002) Versões ainda mais risíveis deste raciocínio são empunhadas por vulgarizadores como as jornalistas Rachel Sheherazade e Joyce Hasselman, o ex-ator Alexandre Frota e muitos outros, chegando nas redes sociais à fórmula da ameaça da “ditadura comunista gay”.

Embora pareça paradoxal, este recuo para o conservadorismo moral não é estranho a situações de refluxo nas conquistas sociais. A insegurança causada pela crise, pela precarização e pelo desmonte dos sistemas de bem-estar social aumenta o apelo proporcionado pela estabilidade que sistemas rígidos de crença fornecem. O mundo pode estar desmoronando, até mesmo o meu mundo pessoal pode estar desmoronando, com desemprego, vulnerabilidade e privação, mas a fronteira entre o certo e o errado permanece imutável. Há uma espécie de compensação subjetiva que é relevante para explicar a virulência renovada dos fundamentalismos morais.

A isso se junta o uso do conservadorismo moral como ferramenta de mobilização por parte da direita política. Com a distribuição das vantagens e desvantagens no mundo social se revelando de maneira cada vez mais bruta, na atual fase do capitalismo, há forte incentivo para que os grupos políticos à direita busquem desviar a controvérsia política para terrenos que lhes parecem mais favoráveis. A produção do pânico moral, como reação extremada à visibilidade que pautas feministas ou do movimento LGBT tiveram (ou, em registro paralelo, com a pauta do combate à corrupção e à impunidade), permite a mobilização de uma base militante. Na medida em que o vínculo representativo está dado pelas temáticas “morais”, é possível manter-se como representante legítimo mesmo assumindo posições, em matérias como direitos sociais ou papel do Estado, bem afastadas daquilo que as bases desejariam. Uma análise da ação da bancada religiosa no Congresso Nacional brasileiro certamente mostra este padrão.

Por fim, é preciso apontar a convergência entre o projeto neoliberal e o conservadorismo moral. Doutrinariamente, o pensamento ultraliberal se compromete com a mais ampla autonomia individual. Cada um deve fazer o que bem entende, sendo limitado apenas por contratos voluntariamente firmados e pelo respeito à propriedade alheia, incluída aí a propriedade que cada um tem sobre seu próprio corpo. Se isso leva à visão de uma sociedade despida de quaisquer laços de solidariedade, leva também a uma ausência de freios que torna incontornável a aceitação, por exemplo, da livre expressão das sexualidades, da multiplicidade de arranjos familiares, do uso de quaisquer substâncias, do direito ao aborto, à eutanásia ou mesmo ao suicídio. Em diferentes graus, é a posição externada por autores como Milton Friedman, Robert Nozick ou Murray Rothbard. É o que leva esta corrente de pensamento a reivindicar o nome de “libertários”, historicamente concedido aos anarquistas.⁴

.....
4 A corrente mais radical do ultraliberalismo prega a extinção do Estado e adota o nome de “anarcocapitalismo”. (FRIEDMAN, 1973, 1989) É claro que é enorme a distância em

É claro que a fantasia do Estado mínimo, para ser mantida, precisa da crença absoluta na ficção do mercado autorregulado. Como isso não ocorre, a desregulação da economia costuma se combinar com uma intervenção estatal permanente no sentido de manter imaculados os mecanismos de mercado. Em particular, há necessidade de uma forte ação repressiva para impedir a organização e a resistência dos setores sociais prejudicados, o que explica a simpatia demonstrada por ícones ultraliberais, como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman, por regimes autoritários (a Itália de Mussolini, o Chile de Pinochet). Em suma, o mercado dos liberais econômicos exige “um Estado fraco como instância de decisão e formulação de política, mas forte como organismo gestor de população e dispositivo de controle social”. (SANTOS, 2007, p. 311)

Mas o ponto que me interessa aqui é outro. Na prática política, o ultraliberalismo raras vezes é fiel a seu credo libertário e ao compromisso de expansão da autonomia individual. Ele tende a se aliar aos setores conservadores mais tradicionais. Os emblemas da guinada liberal, nas últimas décadas do século XX, que foram Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, combinaram desregulação econômica e reacionarismo moral. A fusão entre o fundamentalismo cristão e o fundamentalismo de mercado é o que explica fenômenos como o *Tea Party* estadunidense, em que criacionismo, condenação ao aborto, defesa do porte de armas, exaltação da meritocracia e Estado mínimo convivem na mesma plataforma. No Brasil, esta é a receita de “movimentos” como o Movimento Brasil Livre (MBL) e de partidos como o Novo; foi também o figurino pretendido pelo ex-capitão Jair Bolsonaro quando se lançou candidato à presidência da República.

relação ao anarquismo original, socialista, associado a nomes como Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Emma Goldman e outros. É uma distância tanto no diagnóstico sobre a opressão humana, que inclui as relações econômicas entre suas causas, quanto no ideal societário, que era cooperativo.

Trata-se de cálculo político, é claro. O conservadorismo moral garante uma base social que o ultramercadismo não consegue arregimentar. Mas há, também, uma afinidade eletiva entre eles, que não pode ser ignorada. Quando o Estado se demite de muitas das funções que assumiu no último século, como a assistência às crianças, aos idosos e aos doentes, abre-se um vácuo que precisa ser preenchido. As tarefas de cuidado podem ser pouco valorizadas e invisibilizadas, mas não são optativas – a sociedade precisa provê-las. O reforço da família tradicional surge, então, como saída. No Brasil pós-golpe, nada emblematizou melhor esta postura do que o discurso de Marcela Temer ao lançar o programa Criança Feliz, enfatizando como é imprescindível a presença da mãe ao lado dos filhos. (URIBE, 2016) Sai Estado, entra família. E, dados os arranjos familiares dominantes, são certamente as mulheres que se responsabilizarão pela atenção aos mais vulneráveis.

Em suma, o familismo conservador é a contraface do Estado mínimo e concorre para o reforço dos papéis de gênero estereotipados e da moral sexual repressiva. Mas a total reprivatização do cuidado é tanto um retrocesso quanto um embuste. A ordem neoliberal evoca a família tradicional, mas não fornece condições para que ela se reestabeleça, nem mesmo entre os setores médios nos quais, décadas atrás, ela foi de fato dominante. Afinal, a dedicação das mulheres às tarefas do cuidado exige, como contrapartida, o contracheque único, isto é, que o homem-provedor seja capaz de sustentar toda a família com seu trabalho. Na ausência disso, a privatização significa que as famílias precisarão comprar no mercado os serviços que antes eram socializados. O vínculo matrimonial é reforçado não pelos papéis sociais diferenciados e pretensamente complementares de mulheres e homens, mas pela necessidade econômica. Assim, o familismo conservador, ao se unir ao projeto neoliberal, contribui para gerar um ambiente social repressivo, mas acaba por desaguar na mercantilização de toda a vida humana.

A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA AMEAÇA

Para a agitação política da direita, é útil a construção do sentimento de que os valores de base de nossa civilização estão sob ameaça. É um registro praticamente imune ao debate, por dois motivos. Primeiro, porque os “valores” são entendidos como o fundamento de nosso eu; aceitar o questionamento deles é desestabilizar quem nós somos. Depois, porque a reação é altamente emocionalizada; a ameaça, percebida como iminente e devastadora, exige uma resposta contundente, não ponderação ou conversa. É o pânico moral, que

[...] cristaliza medos e ansiedades generalizados, e muitas vezes lida com eles não buscando as causas reais dos problemas e condições que eles demonstram, mas deslocando-os para os ‘demônios populares’ de um grupo social identificado (geralmente o ‘imoral’ ou o ‘degenerado’). A sexualidade tem uma centralidade peculiar em tais pânicos, e os ‘desviantes’ sexuais têm sido os bodes expiatórios onipresentes. (WEEKS, 1981, p. 14, tradução nossa)

Trata-se da situação mais oposta ao modelo da “troca argumentativa racional” que a teoria política idealista preconiza para a discussão pública. É revelador o depoimento da psicóloga, professora e ativista feminista Tatiana Lionço, sobre sua experiência debatendo – ou melhor, tentando debater – com os porta-vozes do fundamentalismo religioso na Câmara dos Deputados. Após relatar o desvirtuamento sistemático de suas palavras, a barreira de agressões a que foi submetida por vezes e vezes, a total opacidade da posição defendida por seus (não) interlocutores, ela define o que passou como “estupro moral”, “satanização” e “atribuição de desvalor”. (LIONÇO, 2013)

O depoimento revela tanto a estratégia de intimidação, que é deliberada por parte dos operadores políticos da direita moral, quando o fato de que a produção do pânico depende não só da

invulnerabilidade a qualquer debate, mas também da distorção dos fatos que a sustentam. Lionço, em seu texto, trata da discussão sobre o programa de combate à homofobia nas escolas, então apresentado pelo Ministério da Educação (MEC), que se tornou conhecido pela alcunha de “Kit Gay”. O fato de que esta expressão, popularizada pelo deputado Jair Bolsonaro, tenha ganhado curso no debate público mostra como os fundamentalistas foram capazes de moldar o ambiente em que ele ocorreu.

Houve um grande esforço de desinformação, do qual participaram parlamentares da extrema-direita, líderes religiosos e apresentadores de rádio e televisão. O programa do MEC, cujo objetivo era combater a violência homofóbica e promover o respeito à diversidade nas escolas, foi transformado numa política de promoção da homossexualidade – que, por sua vez, era constantemente associada à pedofilia. Pressionado pela bancada fundamentalista, que ameaçou obstruir os trabalhos no Congresso enquanto a política de combate à homofobia nas escolas estivesse de pé, e fiel à política de evitar atritos com os grupos conservadores, o governo de Dilma Rousseff recuou. E recuou em grande estilo, assumindo integralmente o discurso do pânico moral, com a presidente declarando que “não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”. (ROMAN, 2011) Na leitura de um ativista do movimento LGBT, a campanha contra o chamado Kit Gay ensinou a direita brasileira a mobilizar o pânico moral e “forjou as armas que hoje inflamam o público contra as artes”.⁵ (MIGUEL, 2017)

O uso competente das mídias sociais tem se mostrado essencial para a disseminação do pânico moral, seja no caso do combate à homofobia nas escolas, seja nos episódios posteriores. Cabe assinalar o papel das *fake news*, a disseminação de notícias falsas, que foi ampliado com as novas tecnologias da comunicação e cumpre

.....
5 Sobre as disputas em relação ao projeto Escola sem Homofobia, ver também Oliveira Júnior e Maio (2017).

um papel importante na agitação da direita; o MBL, em particular, tem sido identificado como um dos principais disseminadores de mentiras na internet. (FLORES, 2018) Mas é possível observar que, independentemente deste fenômeno, as mídias sociais favorecem um tipo de debate ralo, com pouco potencial de aprofundamento argumentativo, que é terreno fértil para a reprodução de discursos preconceituosos e de visões estereotipadas. Não é por acaso que, quando a Microsoft criou uma robô para interagir no Twitter e “aprender” por meio da interação, em menos de 24 horas ela havia se tornado uma fascista, chamando o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, de “macaco” e bradando que “vamos construir um muro e o México vai pagar por ele”, mantra da campanha anti-imigrantes do candidato presidencial republicano Donald Trump. (HUNT, 2016)

A reprodução dos preconceitos exige um discurso fácil e sintético, uma vez que eles operam por generalizações grosseiras e remetem ao senso comum não refletido. É a visão de mundo progressista que precisa desnaturalizar categorias, difundir informações que estão escamoteadas, construir as conexões entre estruturas sociais e comportamentos individuais, desmontar valores dominantes e mostrar alternativas. O ambiente virtual do debate torna-se, então, um campo favorável à agitação política conservadora.

O pânico moral escolhe, como alvo privilegiado, a “desordem” nos papéis de gênero e, como consequência, a ameaça à instituição familiar. Seus adversários principais são, portanto, o movimento feminista e o movimento LGBT. Trata-se de uma reação a avanços reais na posição das mulheres e de gays, lésbicas e travestis, que ao longo das últimas décadas tiveram direitos reconhecidos e tornaram-se mais visíveis na esfera pública. A narrativa é verossímil exatamente porque, de fato, mais mulheres têm se distanciado de seus papéis convencionais estereotipados, mais pessoas têm assumido sexualidades desviantes da heteronormatividade e o arranjo familiar tradicional torna-se, cada vez mais, apenas um entre outros.

A controvérsia se refere, então, às causas desta “desordem” (avanço de grupos oprimidos ou complô anticristão) e às suas consequências esperadas (ampliação da liberdade e redução da violência ou destruição da civilização). Para a produção do pânico é necessária a teoria do complô e, dentro dela, a demonstração de como comunistas, feministas e gays estão infiltrados nas instituições. A mídia é um dos alvos. Desde o final da ditadura militar, quando a censura foi reduzida, há protestos contra a “imoralidade” na televisão; nos anos 1980, ficou famoso o grupo das “senhoras de Santana”, que organizou um enorme abaixo-assinado contra programas que discutiam sexualidade e chegou a ser recebido pelo então ministro da Justiça. Em telenovelas e programas de auditório, nudez, linguagem chula e, sobretudo, homossexualidade continuam despertando reações contrárias.

Mas é possível especular que a atenção dada à mídia se reduziu, seja pela maior segmentação do público, seja porque, por paradoxal que possa parecer, o apelo sexual vulgar é parte integrante da fórmula de muitos dos porta-vozes do conservadorismo nos meios de comunicação (basta lembrar de tantos programas de auditório que combinam o discurso contrário aos direitos humanos e favorável à família tradicional com a apresentação de modelos seminuais e brincadeiras de palco altamente sexualizadas). O fato é que o alvo principal se tornou a instituição escolar. Ela é acusada, simultaneamente, de promover o comunismo – numa das primeiras manifestações pela derrubada da presidente Dilma Rousseff apareceu, com destaque, uma faixa com os dizeres “Chega de doutrinação marxista! Basta de Paulo Freire!”, em referência ao célebre teórico da educação emancipadora – e de solapar a moral sexual.

Com isso, ganha corpo o chamado “Escola Sem Partido”, um *lobby* conservador, contrário ao pensamento crítico nas escolas, que surgiu com viés anticomunista, em 2004, mas só obteve ressonância quando incorporou, com centralidade, o espantalho da chamada “ideologia de gênero”, gerado na direita católica estadunidense e

européia.⁶ Trata-se de invalidar todo um campo do conhecimento humano, os estudos de gênero, afirmando que ele é a promoção de uma visão distorcida da realidade – uma “ideologia”, conceito que é usado, ironicamente, em sentido bem próximo do marxismo. Impedida de educar, reduzida a mera transmissora de saberes que se quer “objetivos”, a escola é colocada em situação de absoluta inferioridade diante da família, único local em que se podem construir os valores e as visões de mundo dos mais novos.

O desdobramento seguinte foi o ataque dirigido às artes, num movimento deliberado da direção do MBL. É possível apenas especular as razões que levaram a esse caminho. O MBL surgiu como um braço do capítulo brasileiro da Students for Liberty, organização de origem estadunidense financiada pela Atlas Network, que visa criar ativistas de extrema-direita nos *campi* universitários, contrabalançando o que veem como hegemonia de posições à esquerda. O “nome fantasia” Movimento Brasil Livre foi criado a fim de que ele pudesse participar das movimentações pela queda da presidente Dilma Rousseff, driblando o veto que os Estados Unidos impõem à participação, na derrubada de governos estrangeiros, de organizações que recebem ajuda de fundações lá beneficiadas por isenção fiscal.⁷ (AMARAL, 2016)

Vitorioso o golpe, o MBL corria o risco de ficar sem discurso, dada a profunda impopularidade do governo Michel Temer e a impossibilidade de mobilizar apoio para a pauta de retrocessos então implantada. É razoável cogitar que ele decidiu dar uma guinada na direção dos “costumes” como forma de preservar suas bases e viabilizar as pretensões eleitorais de seus dirigentes. A campanha inicial, em setembro de 2017, contra a exposição *Queermuseu*, em Porto Alegre, obteve enorme repercussão e uma vitória – o banco Santander intimidou-se diante da ameaça de boicote de correntistas

.....
6 Ver Miguel (2016).

7 Para um relato sobre o funcionamento das fundações estadunidenses que financiam movimentos de direita, ver Mayer (2016).

e cancelou a mostra, que abrigava em seu espaço cultural. Nas semanas seguintes o MBL e outros atores da direita produziram um festival de denúncias e tentativas de censura contra exposições pelo Brasil afora, com direito a sequestro policial de obras e parlamentares determinando a condução coercitiva de curadores.

As principais acusações eram obscenidade, propaganda de práticas sexuais desviantes e, em especial, pedofilia, mas houve também uma delegação de parlamentares que tentou fechar uma mostra sobre a ditadura de 1964 no Museu da República, em Brasília. O Museu de Arte de São Paulo (MASP), o mais importante do país, atemorizado, implantou medidas para proibir a presença de menores de idade na exposição *Histórias da sexualidade*, que reunia obras de artistas consagrados do Brasil e do exterior. Sem respaldo na legislação e alvo de crítica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a censura foi revogada depois de alguns dias.

O ponto alto do escândalo foi a performance *La bête*, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP). Houve ampla divulgação de um vídeo em que o artista, nu, foi tocado, nas mãos e nos pés, por uma criança pequena, então acompanhada pela mãe. A interação entre criança e adulto nu foi apresentada como evidência material da pedofilia estimulada pelas artes visuais.

Como saldo institucional, a ofensiva contra as artes deixou a ideia de que museus e exposições tenham “classificação indicativa”, tal como filmes, espetáculos ou programas de televisão. (GOBBI, 2017) Embora não seja estritamente uma forma de censura, na medida em que permite a presença de menores de idade desde que acompanhados por pais ou responsáveis, a classificação indicativa tanto dificulta o acesso às exposições, podendo inviabilizar excursões escolares, por exemplo, quanto enquadra a questão da liberdade de expressão artística sob o ângulo de sua adequação à moralidade convencional.

As artes são um alvo particularmente fértil para guerras culturais como a que movimentos de direita decidiram deflagrar no Brasil.

Partindo da compreensão de que os códigos morais não são fixos, mas historicamente situados, percebe-se que muitas vezes cabe à expressão artística a tarefa de questionar a moralidade vigente e permitir sua eventual superação.

Ao mesmo tempo, é possível questionar qual o motivo de ser dada tanta atenção a obras que atingem um número irrisório de pessoas, quando comparadas à televisão, ao cinema ou à internet. Com toda a certeza, uma grande parcela das pessoas que gritaram e gritam contra exposições nunca na vida visitaram uma delas (exceto, talvez, aquelas de “quadrões” da Turma da Mônica ou de corpos humanos plastinados, em *shopping centers*). E muitas delas, também certamente, consomem em casa, pela televisão ou *online*, material muito mais ofensivo às suas crenças ostensivas. Contradições de uma realidade em que Alexandre Frota é paladino da moralidade? Mais do que isto, talvez, ou do que a hipocrisia congênita do conservadorismo moral. Há uma hierarquia de respeitabilidade, em que se aplicam critérios mais estritos à “arte” do que a programas de auditório. É o museu, espaço sagrado da cultura legítima, que não pode ser conspurcado – mesmo que nós não o frequentemos.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO VALOR

A ofensiva contra a liberdade de expressão artística ganhou contornos mais graves porque parte do campo progressista se mostrou incapaz ou pouco motivado para defendê-la com vigor. Por um lado, difundiu-se a ideia de que a questão era “diversionista” diante de debates mais importantes, como a destruição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a entrega do Pré-sal brasileiro a empresas transnacionais ou a perseguição judicial contra o ex-presidente Lula – todas em curso no momento em que o MBL iniciou sua campanha (e, aliás, vitoriosas no momento em que escrevo). Não há dúvida de que existem ações deliberadas para esvaziar debates sobre determinados temas, ao mesmo tempo em que a

produção de “tretas” leva a um enorme desperdício de atenção e energia em questões irrelevantes. Nem por isso a liberdade de expressão é secundária. Ela está de fato sob risco no Brasil pós-golpe, como mostram as decisões da justiça proibindo peças e exposições ou perseguindo jornalistas independentes, o cerco ao pensamento crítico na educação, a iniciativa do MEC para censurar disciplinas universitárias, a ameaça de punição do Conselho Nacional de Justiça a juízes que ousam declarar compromisso com a Constituição, a ação sem freios das milícias fascistoides. E a liberdade de expressão é um valor político essencial, um elemento crucial na construção de um país mais justo e digno – ao menos tão importante quanto o petróleo e a CLT. Ela não é uma questão menor nem do ponto de vista dos valores, nem do ponto de vista instrumental. Afinal, quem deseja transformar o mundo precisa muito mais de liberdade de expressão do que quem deseja conservá-lo tal como está, apresentando contradiscursos e questionando a imagem que o poder oferece de si mesmo e do mundo.

Mas parte da esquerda enfraqueceu a defesa da liberdade de expressão embarcando numa visão estreita e pouco inteligente, em que o revide (a proibição do discurso do adversário) é a estratégia dominante. Há casos e casos, mas em muitos deles ocorre, primeiro, uma incompreensão do caráter aberto do discurso artístico. A interpretação de determinados porta-vozes de grupos que se sentem atingidos passa como sendo a única interpretação possível. Ocorre, em segundo lugar, uma confusão primária entre representação e representado, como se a encenação do racismo ou da violência sexual, por exemplo, fossem o racismo e a violência sexual propriamente ditos (e não discursos potencialmente críticos e representações de um mundo em que racismo e violência sexual foram e são traços muito presentes). Com isso, temos o impedimento ao debate e esse silenciamento não serve à produção de uma ação política emancipatória.

A restrição a conteúdos considerados ofensivos, por argumentos à direita ou à esquerda, põe em marcha uma censura cujas fronteiras são difíceis de serem delimitadas.⁸ A peça sobre Jesus Cristo estrelada pela atriz transgênero Renata Carvalho pode ferir a sensibilidade de cristãos conservadores tanto quanto o filme *Vazante*, de Daniela Thomaz, feriu a sensibilidade de militantes negros preocupados com a memória histórica da escravidão no Brasil, para quem a perspectiva da cineasta negava a dos escravos. Vamos dar veto a todos os possíveis atingidos e, em vez de proclamar a liberdade de expressão, universalizar o direito de censura? Ou ganha quem gritar mais, caso em que os controladores das instituições políticas e dos meios de comunicação de massa partem em enorme vantagem? Há um retrocesso quando os grupos em posição subalterna deixam em segundo plano a bandeira histórica de ter direito a voz, de ter acesso equitativo aos instrumentos de difusão dos discursos (na mídia, nas escolas, no campo político, na produção cultural), e passam a privilegiar o poder de veto.

Sim, muitos discursos presentes no ambiente público têm o potencial de causar consternação em outras pessoas. Mas isso não serve para invalidá-los. A ideia de liberdade de expressão nasce exatamente em oposição ao argumento da “angústia moral”. Na definição clássica de John Stuart Mill (1991), a ação individual só pode ser coibida quando causa dano material definido a outro. É a doutrina que garante, no pensamento liberal, uma grande amplitude à liberdade de expressão.

Os limites considerados aceitáveis à liberdade de expressão, ao longo da história, foram o combate à heresia ou à obscenidade e a preservação da razão de Estado. Todos os três perderam força, com o avanço da tolerância religiosa (tornando impossível dotar de conteúdo público a noção dogmática de “heresia”), da compreensão

.....
8 Não discuto a importância das questões colocadas pelas pautas muitas vezes chamadas de “identitárias” – que, a rigor, apontam para formas estruturais de opressão, muito mais do que para identidades. Minha questão é que a opção por soluções censórias enfraquece o apelo moral desta agenda e torna-a alvo fácil de caricaturas – por exemplo, Bosco (2017).

de que a sexualidade é uma questão de foro íntimo que não pode ser regulada pelo Estado (desestabilizando a noção de obscenidade) e da ideia de que os governantes devem ser permanentemente vigiados pelo público (restringindo a possibilidade de apelo à razão de Estado para cercear o fluxo de informações). Com isso, o principal limite aceito à liberdade de expressão é o discurso de ódio. Mas o discurso de ódio, sempre convém lembrar, é aquele que promove a violência, não aquele que simplesmente causa desconforto. Embora com raízes no liberalismo, a liberdade de expressão tornou-se um dos valores basilares da esquerda.

Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente. Não por fanatismo pela ‘justiça’, mas porque tudo quanto há de vivificante, salutar, purificador na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a ‘liberdade’ se torna privilégio

– essas palavras, que poderiam ser atribuídas talvez a um liberal como Stuart Mill, são de Rosa Luxemburgo (1990, p. 91). A busca pela transformação radical do mundo, em sentido igualitário, não colide com a defesa das liberdades e dos direitos individuais. O problema do liberalismo não é seu ideal de autonomia pessoal, mas sua incapacidade de persegui-lo de forma consequente, incorporando à sua narrativa as relações de dominação e as opressões estruturais.

Isso não significa erigir, como fazem alguns ultraliberais pretensamente desinteressados, a liberdade de expressão como valor supremo e indiscutível. Primeiro, ela tem sua vigência diferenciada de acordo com o campo em que se insere. Jornalistas precisam de liberdade de expressão, mas não para inventar suas notícias. Pesquisadores precisam de liberdade de expressão, mas não para falsificar dados. Professores precisam de liberdade de cátedra, mas isso não os exime de construir, com seus estudantes, os conteúdos programáticos necessários (o que os obscurantistas do Escola Sem

Partido fingem não entender). O discurso publicitário, manipulador por definição e que não agrega nenhum valor social relevante, se submete a regras bem mais estritas do que a arte ou a política.⁹

Também há situações em que a liberdade de expressão precisa ser calibrada para garantir a preservação de outros direitos. Por exemplo, a prevalência de comentários ou chistes racistas, sexistas ou homofóbicos, mesmo que “leves”, em espaços de trabalho ou educação representa uma forma de assédio moral e precisa ser coibida. Por fim, há o caso de discursos de ódio que incitam a inferiorização e a violência contra grupos de pessoas. O supremacismo branco, a homofobia ou a banalização do estupro servem de exemplos. Mas da afirmação geral para os casos particulares há uma distância nem sempre fácil de ser trilhada, sobretudo porque, em muitos casos, os discursos guardam ambiguidades e permitem leituras diversas, o que ocorre, em especial nas manifestações artísticas. A mimetização de um discurso racista, dentro de uma obra literária ou teatral, de um filme ou de uma performance, é um endosso ou uma denúncia? Como afirmar de antemão qual é a leitura correta? E o que vale é a intenção do criador ou a recepção do público, nem sempre idêntica a ela?

Por isso, creio que, sobretudo no que se refere à criação artística, a liberdade de expressão deve prevalecer como padrão – mesmo quando sensibilidades são ofendidas. Para revogá-la, só quando o caso preenche a noção de “discurso de ódio” além da dúvida razoável. Esse é um princípio que não pode ser negociado, se desejamos construir uma sociedade democrática.

CONCLUSÃO

A campanha da direita brasileira contra as artes visuais ocorreu de setembro a novembro de 2017. Depois, arrefeceu. Isto não significa que os mesmos grupos não possam voltar à carga, com algum

.....
9 Sobre este ponto, ver Miguel (2013).

novo pretexto, no futuro próximo. O cenário permanece inalterado – crise do regime democrático liberal, polarização na sociedade e instrumentalização do desconforto moral dos conservadores por grupos políticos.

A quebra dos consensos próprios da democracia liberal, que é o pano de fundo das “guerras culturais” em curso, é uma consequência do aprofundamento das desigualdades no capitalismo contemporâneo. Não se trata, como afirmam algumas narrativas interessadas, de uma elite intelectualmente sofisticada que perdeu contato com os valores vivos do povo comum – os pobres de espírito que herdarão o Reino dos Céus.¹⁰ Trata-se da erosão dos mecanismos que permitem a liberdade da criação artística, numa sociedade que, incapaz de resolver suas contradições, é instada a se refugiar nas certezas confortáveis do conservadorismo moral.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo *impeachment*. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Org.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BALLESTRIN, L. Rumo à teoria pós-democrática?. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. *Anais eletrônicas...* Caxambu: ANPOCS, 2017.

BOSCO, F. *A vítima tem sempre razão?: lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia, 2017.

CARVALHO, O. *A nova era e a revolução cultural*: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. 3. ed. rev. aumen. [S.l. s.n.], 2002. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/livros/neindex.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2016

FLORES, P. MBL: do discurso anticorrupção à proximidade com as fake news. *Nexo*, [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://www.nexojournal>>.

.....
10 Uma elaboração precoce e particularmente contundente deste argumento se encontra em Lasch (1995).

com.br/expresso/2018/03/31/MBL-do-discurso-anticorrupção-à-proximidade-com-as-fake-news>. Acesso em: 4 jun. 2018.

FRIEDMAN, D. *The machinery of freedom: guide to a radical capitalism*. Chicago: Open Court, 1973.

FRIEDMAN, D. *The machinery of freedom: guide to a radical capitalism*. Chicago: Open Court, 1989.

GOBBI, N. Sérgio Sá Leitão propõe classificação indicativa para exposições. *O Globo*, [Rio de Janeiro], 27 set. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/sergio-sa-leitao-propoe-classificacao-indicativa-para-exposicoes-21874416>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

HUNT, E. Tay, Microsoft's AI chatbot, gets a crash course in racism from Twitter. *The Guardian*, London, 24 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2016/mar/24/tay-microsofts-ai-chatbot-gets-a-crash-course-in-racism-from-twitter>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

JESSOP, B. *The State: past, present, future*. Cambridge: Polity, 2016.

LASCH, Christopher. *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LIONÇO, T. Por que comecei a gritar na Câmara dos Deputados? É tempo de guerra moral no Brasil. *CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde*, Rio de Janeiro, 7 mar. 2013. Disponível em: <<http://cebes.org.br/2013/03/por-que-comecei-a-gritar-na-camara-dos-deputados-e-tempo-de-guerra-moral-no-brasil/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

LUXEMBURGO, R. A Revolução Russa. In: LUXEMBURGO, R. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1990b.

MAYER, J. *Dark money: the hidden history of the billionaires behind the rise of the radical right*. New York: Doubleday, 2016.

MIGUEL, J. L. Pânicos sexuais: do 'kit gay' aos ataques à arte. *Revista Fórum*, Santos, 16 out. 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/panicos-sexuais-do-kit-gay-aos-ataques-arte/>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

MIGUEL, L. F. Discursos sexistas no humorismo e na publicidade: a expressão pública, seus limites e os limites dos limites. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 41, p. 95-119, 2013.

- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: o “Escola Sem Partido” e as leis da mordação no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 590–621, 2016.
- MILL, J. S. *Sobre a liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- OLIVEIRA JÚNIOR, I. B.; MAIO, E. R. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do kit gay do MEC. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 125–152, 2017.
- ROMAN, C. Movimento gay reage a suspensão de kit anti-homofobia. *CartaCapital*, [S.l.], 27 maio 2011. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimento-gay-reage-a-suspensao-de-kit-anti-homofobia>>. Acesso em: 29 jun. 2018.
- SANTOS, L. G. Brasil contemporâneo: estado de exceção? In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 289–352.
- URIBE, G. Em tom emotivo, Marcela Temer lança programa ‘Criança feliz’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 out. 2016.
- WEEKS, J. *Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800*. New York: Routledge, 1981.